



Arqueologia (2º Ciclo)

2020/21

TEORIA ARQUEOLÓGICA

Docente: Professor Doutor João Miguel Cascalheira

Discente: Ernesto Ceriz (a41464)

GORDON CHILDE

Segundo alguns autores (Glyn Daniel, Bruce Trigger), Gordon Childe foi o investigador que causou uma das transformações mais importantes no pensamento arqueológico do século XX, ao publicar, em 1925, *The Dawn of European Civilization*. Esta transformação deveu-se à utilização do conceito de cultura arqueológica o qual, como ferramenta metodológica, viria a tornar-se corrente em toda a investigação arqueológica da Pré-História na Europa. (Bicho, 2011)

Gordon Childe nasceu em 1893, em Sydney, na Austrália. Estudou Humanidades Clássicas na Universidade de Sydney. No início interessou-se, tal como Kossinna, pela origem dos povos de língua Indo-Europeia. Ingressou na Universidade de Oxford onde estudou com Myres e Evans. Em 1916 regressou à Austrália, onde as atividades políticas se tornaram o foco central do seu interesse. Em 1921, desiludido com a política, retomou o estudo da arqueologia. O seu domínio das línguas europeias e uma aguda memória visual permitiram-lhe coligir uma vasta quantidade de dados dos acervos de museus e de escavações por toda a Europa e, em consequência, conseguiu encontrar semelhanças entre artefactos de diferentes regiões que passavam despercebidas aos especialistas regionais. O resultado das suas pesquisas foi apresentado em duas obras: *The Dawn of European Civilization* (1925), que é uma síntese da Europa pré-histórica até ao fim da Idade do Bronze, e *The Danube in Prehistory* (1929), um exame mais detalhado de uma região até então pouco abordada. (Trigger, 2009, p. 242)

A base teórica em que se sustentava foi descrita no começo da obra *The Danube in Prehistory*, facto este singular uma vez que nessa época as discussões teóricas não eram uma característica da literatura arqueológica. Em *The Dawn of European Civilization*, Childe adotou o conceito de cultura arqueológica de Gustaf Kossinna (1858-1931) – a cultura reflete necessariamente a etnicidade, logo, semelhanças e diferenças na cultura material espelham semelhanças e diferenças ao nível étnico. Childe combinou aquele conceito com a teoria das cronologias, de Oscar Montelius, um anti evolucionista convicto que considerava os desenvolvimentos tecnológicos e culturais como tendo origem no Próximo Oriente, sendo depois trazidos para a Europa através de difusão e migração. Nesse sentido, a inovação era uma consequência do contacto e difusão de um centro para as zonas periféricas, sendo os artefactos copiados ou trocados de uma região mais desenvolvida para outra mais primitiva. (Bicho, 2011)

Childe é um dos mais precoces exemplos da utilização, por um arqueólogo, das diferentes abordagens de outros investigadores, combinando-as para criar uma nova forma de interpretação das evidências arqueológicas. Apesar do laconismo com que definiu cultura em arqueologia, como “certo tipo de restos – cerâmicas, artefactos, ornamentos, ritos de enterramento e habitações – que ocorrem sempre em conjunto”,

Childe entendia cada cultura como tendo uma individualidade própria que se manifestava na composição da sua cultura material. Este conceito ultrapassava a definição de cultura com base em simples pressupostos cronológicos, como era o caso das Idades ou Épocas definidas pelos arqueólogos evolucionistas, como Mortillet ou Lartet. Em vez disso, a duração e os limites geográficos de cada cultura tinham que ser estabelecidos empiricamente, devendo cada cultura ser alinhada cronologicamente, utilizando estratigrafia, seriação, e sincronismos. Neste sentido, Childe interpretou a pré-história de toda a Europa como um complexo mosaico de culturas. Na sua obra *The Dawn of European Civilization* este mosaico é representado em pequenos mapas, tabelas e diagramas que foram desenvolvidos com maior detalhe em *The Danube in Prehistory*, agora com a distribuição cronológica e geográfica das culturas arqueológicas então conhecidas no vale do Danúbio. Estes gráficos serviram de modelo para os que outros arqueólogos, por todo o mundo, fizeram para representar as cronologias de outras culturas regionais. (Trigger, 2009, p. 244)

Childe definia uma cultura com base no diagnóstico de um pequeno número de artefactos - fósseis-diretores - que, pela tipificação da sua funcionalidade, adquiriam um significado histórico ao considerar-se o papel que esse objeto tinha na cultura que o produzira. Sustentando-se no senso comum, Childe entendeu que a cerâmica manual, os ornamentos, os ritos funerários, tendiam a refletir os gostos locais, sendo relativamente estáveis e resistentes à mudança; nesse sentido, eram uteis para identificar grupos étnicos específicos. Pelo contrário, artefactos de carácter marcadamente funcional, como por exemplo, pontas de projétil, pelo seu evidente valor utilitário, tendiam a difundir-se rapidamente de um grupo para outro, por difusão ou por cópia entre grupos. (Idem)

Embora Childe acreditasse que os artefactos podiam servir para definir uma cultura arqueológica, achava no entanto que não eram suficientes para a descrever. Childe entendia as culturas arqueológicas não simplesmente como conjuntos de características mas principalmente como meios de acesso a uma interpretação etnográfica, no sentido de perceber-se como grupos específicos viveram em tempos pré-históricos. Enquanto na primeira edição de *The Dawn of European Civilization*, Childe resumia o que podia ser inferido sobre o tipo de vida associado a cada cultura, nas edições posteriores abordou cada cultura específica cobrindo quanto possível a sua organização económica, social e política e também as suas crenças religiosas. (Idem, p. 246)

Quanto à interpretação das transformações que se operam nas culturas, Childe, tal como Montelius, prestou igual atenção à difusão e à migração. Childe interpretou a difusão como o alastramento de características funcionalmente mais vantajosas, ou estilisticamente mais atraentes, de uma cultura para outra. Por sua vez, a migração resultaria na substituição de uma cultura por outra, ou na mistura de culturas. Apesar de equiparar culturas a povos, tal como Kossinna havia feito, Childe tinha grandes

dúvidas quanto à possibilidade de se poderem identificar povos ou etnias específicas no registo arqueológico.

O objetivo dos arqueólogos que adotaram a linha de Childe deixou de ser a interpretação do registo arqueológico como evidência de etapas de desenvolvimento. Em vez disso, tentaram identificar povos pré-históricos desconhecidos através das respetivas culturas arqueológicas e encontrar as suas origens, as suas movimentações e as suas interações. Neste sentido, o período Neolítico deixou de ser tido como um estágio de desenvolvimento cultural para passar a ser um mosaico composto de diferentes grupos culturais bem definidos. (Trigger, p. 247)

Childe estava perfeitamente consciente da revolução que tinha introduzido na arqueologia. Nesse sentido, distinguiu a velha arqueologia evolucionista, de uma nova arqueologia, agora com uma abordagem histórico-cultural. Referindo-se mais à escola Inglesa e Francesa do que à Escandinava, Childe observava que, no século XIX, os arqueólogos evolucionistas estavam mais interessados nos artefactos do que naqueles que os tinham produzido. Salientou que ao construírem-se sequências evolutivas, os arqueólogos tinham tratado os artefactos como fósseis mortos, mais do que como expressões de sociedades vivas. Nesse sentido, o progresso científico não tinha deixado aos arqueólogos outra alternativa que não a adoção dos métodos concretos da história. (Idem)

Apesar do seu pendor político de radical de esquerda, Childe não conseguiu escapar ao pano de fundo de um certo racismo em voga na época. Em *The Aryans* (1926), com base em material escrito antes do seu *The Dawn of European Civilization*, Childe argumentou que os Indo-Europeus tiveram êxito não porque tivessem uma cultura material ou inteligência superior à dos outros povos, mas porque falavam uma língua superior e, em consequência, beneficiavam da mentalidade mais competente que ela tornava possível. Posteriormente, Childe repudiou estas especulações e adotou outras razões para a variação cultural. (Idem, p. 248)

Alguns arqueólogos americanos (R. Braidwood, I. Rouse) alegaram que havia uma dicotomia no pensamento de Childe. Se por um lado ele tinha uma sólida formação em humanidades, por outro tinha um forte compromisso com o materialismo histórico e, como socialista, era fortemente influenciado pelas teorias Marxistas da evolução cultural. (Trigger, 1980, p.14)

De facto, alguma contradição pode encontrar-se no pensamento de Childe. Se é verdade, como alguns defendem, que uma dada corrente filosófica – o materialismo dialético e o socialismo Marxista - influenciou ou mesmo determinou o pensamento de Childe, no sentido de uma inevitável evolução cultural, então não se entende porque é que, ao conferir à migração ou à difusão, a partir de um centro de origem, o papel determinante na transformação cultural, acaba por negar a possibilidade dessa mesma evolução ocorrer dentro das diversas culturas autonomamente.

Claro que o pensamento de Childe não era imune ao de Oscar Montelius, o grande arqueólogo sueco que defendia a tese das influências orientais, ou seja a teoria *ex oriente lux*, principalmente no seu livro *Orient und Europa* (1899):

Numa época em que os povos da Europa não possuíam qualquer civilização, o Oriente e, em particular, a região do Eufrates e do Nilo já gozavam uma florescente cultura. A civilização que aos poucos surgiu no nosso continente foi, por longo tempo, apenas um pálido reflexo da cultura oriental. (Daniel, 1964, p.59)

No prefácio da sua última obra, *The Prehistory of European Society*, de 1957, Childe formula duas perguntas, cujas respostas se desenvolverão ao longo da sua obra. É desse prefácio o seguinte excerto:

A história da Europa levanta dois problemas fundamentais cuja solução compete à arqueologia pré-histórica. Há perto de quatro ou cinco mil anos os nativos da Europa estavam exatamente na mesma situação, quanto a equipamento e organização económica, em que estavam, há cerca de quatrocentos anos, os nativos da região oriental da América do Norte (meio muito semelhante ao europeu) e em que certas tribos da Nova Guiné estão ainda hoje. Porque não ficaram, então, os Europeus no estado bárbaro, como aconteceu aos Peles Vermelhas e aos Papuas?

A resposta a esta questão é dada por Childe nos seguintes termos:

Sobre a resposta a esta primeira pergunta estão os historiadores de acordo pela proximidade do Egito e da Mesopotâmia. Só no vale do Nilo e no delta do Tigre-Eufrates se podia criar a organização política e económica indispensável ao estabelecimento de uma indústria metalúrgica. E foi aí que de facto se deu, há cinco mil anos, este primeiro passo no “progresso” que diferenciou o Velho do Novo Mundo. Os bárbaros europeus vieram a beneficiar daquele acontecimento, deixando para trás a Idade da Pedra.

Em seguida Childe formula uma outra questão, que surge como consequência da primeira: “Como puderam então os Europeus ultrapassar (como o fizeram) os seus mestres orientais?”

A resposta a esta questão encontra-se na sua própria obra *The Dawn of European Civilization*, reescrita em 1955. Nela apresenta as razões que contrariam a suposição de que as culturas europeias da Idade do Bronze não seriam mais do que versões degradadas e barbarizadas das civilizações orientais. Pelo contrário, a Idade do Bronze da Europa, em vez de ser uma degradação da do Oriente, apresentava inovações progressivas e distintamente europeias, afastando os Europeus da Idade do Bronze, do padrão oriental (Childe, 1991, p. 10). O que volta a colocar a questão invocada inicialmente por Childe sobre a superioridade da língua europeia como fator de evolução determinante e a consequente mentalidade mais competente dos europeus.

De certo modo, Childe não estava seguro na tese difusionista. Em *The Bronze Age*, Childe estudou as origens e a difusão da metalurgia de acordo com o documentado no registo arqueológico. Ele considerou a possibilidade de a metalurgia poder ter sido inventada

de modo independente no Egito, no Médio Oriente, na Hungria e na Espanha, mas, como outros difusionistas, concluiu que a metalurgia era um processo tão complexo que era provável que tivesse sido inventado apenas uma vez na história da humanidade. (Trigger, 324)

Com o passar do tempo foi-se tornando claro para um número crescente de arqueólogos que a teoria histórico-cultural se mostrava inadequada para o entendimento de como as culturas pré-históricas operavam e mudavam. No sentido de encontrar soluções para ultrapassar as insuficiências da teoria histórico-cultural, os arqueólogos adotaram novas abordagens ao estudo da pré-história com base em investigações antropológicas e sociológicas do comportamento humano.

A corrente teórica arqueológica desenvolvida por Childe, numa perspetiva histórico-cultural, explicava as mudanças como ocorrências com origem no exterior, por difusão ou por migração. A corrente teórica que se lhe seguiu, a investigação funcional e processual tentou, de modo diferente, entender os sistemas sociais e culturais a partir de dentro, procurando determinar como as diferentes partes destes sistemas se interrelacionam e interagem umas com as outras. O Funcionalismo consiste numa abordagem sincrónica que tenta entender como os sistemas operam rotineiramente sem grandes transformações. Por seu lado, a abordagem processual procura entender como e porquê tais sistemas mudam irreversivelmente. (Trigger, p.314)

Em 1942, Julian Steward, no artigo *The Direct Historical Approach to Archaeology*, punha sob reserva o caminho metodológico então seguido pela arqueologia.

É frequentemente esquecido que os problemas da origem das culturas e da mudança cultural require mais do que sequências de cerâmicas ou listas de elementos. Se alguma coisa caracteriza a antropologia histórica, hoje, é o reconhecimento de que teorias válidas que generalizam dados da transformação cultural, do seu processo ou da sua dinâmica, têm que ser baseadas na informação gradualmente acumulada sobre as específicas circunstâncias que rodearam eventos particulares.

Steward defendia a Etnologia e a Etnografia como ferramentas de abordagem ao estudo dos povos nativos da América desaparecidos, há duzentos anos ou recentemente, na mesma medida em que a arqueologia, em períodos pré ou proto-históricos, podia lidar com problemas específicos de povos específicos. De certo modo, Steward, como antropólogo, valorizava a Etnografia e a Etnologia em detrimento da arqueologia, alegando que aquelas disciplinas, ao contrário da arqueologia, não necessitavam de taxonomias para alcançar os mesmos fins.

No entanto, não é essa a opinião de um outro antropólogo americano, John Bennett. Em artigo intitulado *Recent Developments in the Functional Interpretation of Archaeological Data*, (1943), Bennett não só defende a taxonomia como a equipara ao ato de observação de costumes levado a cabo pelo antropólogo ou pelo etnólogo:

Taxonomia, num certo sentido, é também interpretação, uma vez que ela organiza os materiais de forma a delinear similitudes e diferenças, as quais permitem depois ao arqueólogo estender as suas interpretações históricas ou funcionais a grupos de dados mais amplos. [...] Os dados arqueológicos devem ser considerados como essencialmente semelhantes aos recolhidos por qualquer cientista social. A diferença é de grau, não de qualidade. É frequente dizer-se que o arqueólogo trabalha só com restos “materiais” e que, em consequência, nenhuma inferência respeitante ao comportamento das pessoas pode ser feita. Atualmente, estes restos materiais são tão bons indicadores de comportamento como o são, em muitos sentidos, os “costumes” com os quais o etnólogo lida. (Bennett, 1943, pp. 208, 219)

Como conclusão desta abordagem ao pensamento de Gordon Childe, nas suas dimensões de arqueólogo e de pré-historiador, e face à magnitude da sua obra, ocorrem o pensamento de Walter Taylor, arqueólogo e antropólogo americano e criador da “Conjunctive Approach”, ou “Método conjuntivo”. Consistia este método na reunião de várias linhas de investigação para o estudo de um determinado problema arqueológico. A par do estudo dos artefactos e do registo estratigráfico, pretendia reunir todo o tipo de dados arqueozoológicos e arqueobotânicos no sentido de melhor se perceberem os aspetos funcionais e processuais de uma determinada cultura e da sua evolução. Esta nova abordagem à arqueologia viria a ser desenvolvida nos anos 60 do Século XX, com a Nova Arqueologia, agora mais interessada na dinâmica do processo cultural e em que fatores ecológicos e padrões de povoamento ganham relevo determinante.

É relativamente ao ato primeiro da arqueologia, o da recolha de dados, que Taylor tece as seguintes considerações:

A recolha de dados de sítios arqueológicos, em quase todas as instâncias, envolve a destruição do registo original. Somente na dimensão em que o registo é transposto para as notas do arqueólogo é que ele é preservado para o estudo dele próprio ou de outros investigadores. [...] Uma descoberta arqueológica é somente tão boa quanto as notas sobre ela. (Taylor, 1948, p. 152)

Entre a proposta de Taylor, com o seu sóbrio Método Conjuntivo, abrindo novos horizontes à investigação arqueológica, e o versátil e fértil trabalho de Gordon Childe, que se exprime nas suas obras e em que a imaginação ganha um lugar considerável, tomamos consciência de como, na arqueologia como nos outros domínios do pensamento, o tempo é fator de transformação e, na melhor das hipóteses, de evolução.

Bibliografia

BENNET, John W., *Recent Developments in the Functional Interpretation of Archaeological Data*, American Antiquity, Vol 9, No. 2 (Oct. 1943), Society for American Archaeology, 2014.

BICHO, Nuno, *Manual de Arqueologia Pré-Histórica*, Edições 70, LDA. Lisboa, 2011.

CHILDE, V. Gordon, *A Pré-História da Sociedade Europeia*, Publicações Europa-América, Lda, Mem Martins, 1991.

DANIEL, Glyn, *Introdução à Pré-História*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1964.

STEWART, Julian, *The Direct Historical Approach to Archaeology*, American Antiquity vol. VII April, 1942, No 4.

TAYLOR, Walter, *A Study of Archaeology*, Southern Illinois University Press, Illinois, 1948.

TRIGGER, Bruce, *A History of Archaeological Thought*, Cambridge University Press, Cambridge, 2009; Gordon Childe, *Revolutions in Archaeology*, Thames and Hudson, London, 1980.